

## **Mídia, periferia e legitimação da violência policial: análise dos casos da Chacina da Penha e Assassinato da PRF, pelos telejornais Alerta Nacional e Brasil Urgente**

Bárbara VETOS <sup>1</sup>

### **RESUMO**

O objetivo do artigo é refletir sobre os estereótipos de periferia(s) que são trazidos nos telejornais policiais; a maneira como os protagonistas das reportagens são representados e relacionados com a realidade; e discutir como a mídia hegemônica legitima políticas de segregação, extermínio e manutenção da pobreza, ao reforçar esses estereótipos. Para isso, será realizada análise de conteúdo de dois episódios dos telejornais policiais: Alerta Nacional e Brasil Urgente. As reportagens tratam dos casos da Chacina da Penha e do Assassinato da Polícia Rodoviária Federal. Os principais autores que orientam esse trabalho são: ROVIDA (2020); ZIELMANN (2021); BIROLI (2011); ABRAMO (2003); FREIRE FILHO (2009); AMOSSY e PIERROT (2001); CUSTÓDIO (2017). Por meio da análise, pudemos constatar os padrões de estigmatização reproduzidos pelos programas, que se utilizam de diferentes estratégias, mas que culminam em consequências similares: a perpetuação de estereótipos racistas e classistas e de um imaginário coletivo que cria *vilões* e *mocinhos* e naturaliza a violência.

### **PALAVRAS-CHAVE**

(Tele)jornalismo policial; periferia; estereótipos; sensacionalismo; Cidade Alerta e Alerta Nacional.

### **INTRODUÇÃO**

Ao pensar no telejornalismo policial brasileiro, alguns nomes famosos vêm à mente, sejam de programas ou apresentadores. Não há como negar que esse formato possui um alto grau de relevância e faz parte da rotina da população, mesmo que inconscientemente, ocupando horários nobres nas principais emissoras do país e reforçando estereótipos, estigmatizando a população que reside nas periferias brasileiras e promovendo silenciamento de determinados grupos. Existem diversas formas de trazer isso à tona nas reportagens e esse é um dos pontos que buscamos analisar nesse estudo. Essas representações são pautadas

---

<sup>1</sup> Estudante de Jornalismo e bolsista do Centro Interdisciplinar de Pesquisa pela Faculdade Cáspier Líbero. E-mail:

em cima de critérios que devem ser questionados e analisados, a fim de estarmos sempre em busca de um jornalismo mais justo, em prol da informação e do interesse público.

Desta forma, a pesquisa surge com o objetivo de compreender os estereótipos de periferia(s) que são trazidos nesses telejornais; as estratégias utilizadas para a representação das vítimas nas reportagens; e discutir como a grande mídia pode vir a colaborar com políticas de segregação, violência e manutenção de contextos socioeconômicos e políticos, no que tange ao reforço desses estereótipos.

Para isso, selecionamos dois telejornais policiais: Alerta Nacional, de Sikêra Jr., e Brasil Urgente, de José Luiz Datena, e, mais especificamente, dois episódios de cada um deles: edições de 25 e 26 de maio de 2022. Através da análise de conteúdo, buscaremos entender de que maneira essas questões se desdobram e se confirmam no caso da Chacina no Complexo da Penha e no assassinato de Genivaldo de Jesus, pela Polícia Rodoviária Federal.

Assim, a pesquisa foi dividida em quatro principais tópicos: conceitos – em que, com base em meus referenciais teóricos, buscarei apresentar e explicar os termos que nortearão o estudo –; análise dos telejornais – que tem como objetivo trazer contextos e informações gerais sobre os programas escolhidos –; resumo dos casos – a fim de explicar com mais detalhes o que aconteceu em cada um dos crimes e justificar a escolha deles –; análise de conteúdo – onde, através de um olhar mais aprofundado e das categorias selecionadas, buscarei compreender e relacionar os critérios que foram observados com o tema da pesquisa e os conceitos estudados.

Os referenciais teóricos utilizados nesse processo foram: Mara Rovida (2020) – para trabalhar o conceito de periferias; Cassius Zielmann (2021) – que trata sobre o sensacionalismo no telejornalismo; Flávia Biroli (2011) – no que tange ao estereótipo no jornalismo; Perseu Abramo (2003) – a respeito da manipulação na imprensa; João Freire Filho (2009) – que aborda as representações midiáticas e estereótipos; Ruth Amossy e Anne Herschberg Pierrot (2001) – que desenvolvem os conceitos de estereótipos e clichês.

## CONCEITOS

Utilizado como recurso causador de impacto, não é de hoje que o sensacionalismo marca presença nos programas televisivos ao redor do mundo, especialmente nos telejornais policiais. No Brasil, não seria diferente. Temas como (in)segurança pública e o aumento dos índices de criminalidade são recorrentes no jornalismo, que tem como principal objetivo investigar os fatos e informar a população, priorizando assuntos de interesse comum, como os mencionados anteriormente.

De acordo com Marshall (2003, p. 75 apud ZEILMANN, 2021, p.14), “Em rigor, o sensacionalismo está presente em manifestações das eras pré-imprensa e da imprensa, haja vista que a tendência humana para espiar as desgraças humanas parece estar enraizada na sua própria natureza”. Desta forma, o sensacionalismo

seria apenas um método, utilizado de maneira estratégica, para prender a atenção de telespectadores a respeito de conteúdos trágicos, mesmo que não-fictícios.

Com base na perspectiva apresentada e através de um raciocínio mercadológico, o telejornalismo policial explora as emoções humanas ao máximo, mesmo que, para isso, tenha que abdicar da ética, profissionalismo, sensibilidade e respeito. Afinal, não é incomum que cenas de violência explícita sejam exibidas ao vivo ou que vítimas e famílias completamente fragilizadas sejam submetidas a situações constrangedoras e extremas, em nome de repercussão e pontos a mais no Ibope.

Segundo Amaral (2006), citado por Zeilmann,

O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias da mídia em geral, como superposição do interesse público; a exploração do interesse humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e do consumo; a ridicularização das pessoas humildes; o mau gosto; a ocultação de fatos políticos relevantes; a fragmentação e descontextualização do fato; o denunciamento; os julgamentos e a invasão de privacidade de tanto de pessoas pobres e como de celebridades, entre tantas outras. (2021, p. 19)

Portanto, a escolha dos modos de veiculação das notícias por um viés sensacionalista, a espetacularização do sofrimento e a reprodução de estereótipos não é por acaso. É preciso compreender a quem interessa esse tipo de representação midiática no contexto do telejornalismo policial, e quais são as posições políticas e sociais de influência que essas pessoas ocupam.

O termo “estereótipo”, em sua definição mais literal, é uma forma de organização e simplificação de conceitos. Ele surge, primeiramente, com o intuito de facilitar a identificação de determinadas características, agrupando e nomeando-as. Contudo, ao mesmo tempo, ele descomplexifica e reduz, atribuindo uma imagem muitas vezes preconceituosa, padronizada e superficial aos grupos sociais.

Como salientou Freire Filho (2004), citando Barthes (1963),

O estereótipo reduz toda a variedade de características de um povo, uma raça, um gênero, uma classe social ou um “grupo desviante” a alguns poucos atributos essenciais (traços de personalidade, indumentária, linguagem verbal e corporal, comprometimento com certos objetivos etc.), supostamente fixados pela natureza [...] (Barthes [1956] 1963:71)

Para além do impacto social que a reprodução de estereótipos gera, pensar no papel que a mídia exerce nesse sentido é fundamental. Conforme explicita Biroli (2011, p. 71) em uma das teses trabalhadas em seu artigo, os meios de comunicação podem ser vistos como “instrumentos de uma ordem social desigual, reproduzindo informações e visões homogêneas que confirmam as perspectivas dominantes; propagadores privilegiados dos estereótipos”.

Esse tipo de representação também é um dos pilares dos programas policiais, que, através dos estereótipos, tentam estabelecer um inimigo a ser combatido. E, devido ao seu grau de consolidação nas

emissoras brasileiras e à ocupação de horários nobres, com demasiado tempo ao vivo, têm o poder de influenciar na perspectiva da audiência, potencializando o caos a respeito da criminalidade, ao mesmo tempo em que normalizam a violência policial como “resposta” ao clima de insegurança pública.

De acordo com Biroli (2011, p. 84), “a presença dos estereótipos no discurso midiático pode colaborar para seu impacto e permanência. Difundidos para um grande número de pessoas, transformam-se em referências compartilhadas que fazem parte, simultaneamente, da experiência individual e social”.

Desta forma, a mídia age em conjunto com os pensamentos já construídos socialmente, reforçando, de maneira política e não ao acaso, quem e o que a população deve temer ou como identificar alguém que tenha *cara de bandido* ou *se vista* como tal. Essa lógica serve, inclusive, para a segregação e manutenção de contextos políticos, econômicos e sociais.

Com base no pensamento de Cohen (FREIRE FILHO, 2003, apud ZEILMANN, 2021, p.14), “A criação do pânico moral fornece oportunidade preciosa para os partidários de um universo simbólico moral forjarem um universo moral antagônico, atacá-lo, e redefinirem, a partir daí, as fronteiras entre o moralmente desejável e indesejável”.

E é claro que esses estereótipos não se restringem às características físicas e raciais, mas também se aprofundam em questões econômicas, de classe e localidades. Nessa perspectiva, se dá a criminalização da pobreza, assim como a generalização de que bairros periféricos são essencialmente perigosos e as pessoas que neles residem também.

Em casos de bala perdida, por exemplo, antes mesmo de questionar e/ou culpabilizar a operação policial na região, é comum que apresentadores transfiram essa responsabilidade à vítima, isso quando já não pressupõem um envolvimento com a criminalidade, porque a pessoa se encaixa nos estereótipos estabelecidos. Além disso, costumam tratar como casos isolados, um mero erro policial ou uma maçã podre entre tantas outras perfeitas. Tudo isso seguindo a lógica da dicotomia, em que existe o bem e o mal e que, abordagens agressivas, assassinatos covardes e operações fadadas ao fracasso podem ser, de certa forma, justificadas, já que, segundo eles, os agentes do Estado estão apenas tentando fazer o seu trabalho.

Segundo levantamento do G1 (2022), em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registradas cerca de 6100 mortes em 2021 – uma média de 17 por dia –, dados que explicam o motivo pelo qual a polícia brasileira é considerada como uma das que mais mata no mundo. Frequentemente, o Brasil recebe denúncias da mídia internacional e de organizações (não) governamentais. Com base nos dados do Anuário de Segurança Pública, a população negra foi a maior vítima de policiais no país, alcançando a marca de 78,9% (UOL, 2021).

Por meio das definições apresentadas pelos autores, passamos a compreender como o sensacionalismo é utilizado nos programas policiais, como se configuram os estereótipos e como eles afetam

a vida da população, direta e indiretamente. A questão é que ambos os conceitos, quando combinados, chegam no assunto periferia e em como essa relação é construída.

Segundo Roviada (2020), o mais adequado seria, na verdade, tratar de “periferias” no plural, tendo em vista que “cada bairro periférico é diferente do outro”. O interessante dessa abordagem é porque ela foge, justamente, da generalização que os estereótipos trazem, combatendo a reprodução de uma simplificação.

Pensando no debate proporcionado por Maria Beatriz do Nascimento, intelectual do movimento feminista negro, que entende a periferia como uma continuidade do quilombo, “lugar que congrega todo tipo de pessoa marginalizada, além dos negros”, Roviada (2020) ressalta:

Espaço de maioria negra, vinculado à imagem do negro, mas não apenas de negros. [...] Eram lugares que permitiam uma outra sociabilidade. Eu acho que a periferia não é apenas territorial. O corpo negro é uma periferia, [...] ideia de identidade que tem vínculos com o território, mas um espaço que não é apenas lugar físico (2020, p. 65, grifo do autor).

Assim, as periferias compreendem muito mais do que somente uma porção territorial. No contexto brasileiro, o termo abrange questões raciais, econômicas, políticas e as relações que se desenvolvem a partir disso, criando um espaço – para além da localidade – com uma dinâmica social muito particular e propositalmente isolada.

Desta forma, Roviada (2020) defende que “os espaços centrais concentram a oferta de serviços públicos e de emprego, contribuindo para que a população distanciada se torne, em verdade, segregada”. O que, de certa forma, embasa o entendimento de que os indivíduos periféricos têm um menor acesso à cidade e à vida.

Levando em consideração as concepções de quilombo e segregação associadas às demais questões trabalhadas, podemos compreender de que maneira se dá a violência nesses espaços e contextos, visto que se trata de uma população que, em sua diversidade de experiências e identidades, é historicamente exterminada pelo Estado e colocada em posição de inferioridade.

De acordo com Custódio (2017), essas circunstâncias poderiam ser vistas como uma “condição de subcidadania, que não exclui plenamente, mas não insere, [...] que não aniquila completamente, mas usa da violência para controlar a experiência desses sujeitos em termos de oportunidades, acessos e liberdades”.

Em seu artigo, Custódio (2017) traz a visão de uma violência plural e sistêmica contra esses grupos e que não é exclusivamente física,

Quando pensamos na violência contra populações periféricas, pensamos prontamente na violência física operada pelo braço repressivo do Estado, a polícia militar. Oriunda de uma tradição autoritária da ditadura militar, essa instituição que exerce o monopólio legítimo pertencente ao Estado é vista como antagonista dos cidadãos, visto que opera em sua lógica a favor da marginalização e criminalização da pobreza. Claro que tal processo, que envolve abusos e o desvirtuamento de uma lógica do “servir e proteger” a qual passa a funcionar como “violentar e desumanizar”, é

marcado por perspectivas de corrupção e desigualdade social determinantes de que uns sejam protegidos enquanto outros sejam descartáveis (e, portanto, devem ser controlados e punidos por sua descartabilidade) (2017).

Portanto, pensar em periferia e falar sobre violência, nesse sentido, seria, segundo Custódio (2017), tratar “do caminho que a sociedade, em suas desigualdades, marca para certas vidas, para certos corpos”.

## **PERFIL DO ALERTA NACIONAL E BRASIL URGENTE**

Inspirado no programa policial “Alerta Amazonas”, o Alerta Nacional estreou na RedeTV! <sup>2</sup> em 28 de janeiro de 2020. A ancoragem surge de uma parceria entre a emissora e a TV A Crítica. De segunda a sexta-feira, a partir das 18 horas, o conteúdo é transmitido por 90 minutos nos principais centros urbanos do país.

Assim como em grande parte dos telejornais policiais de formato semelhante, o âncora ganha um destaque especial. No Alerta Nacional, a ênfase se dá em Sikêra Jr., figura controversa do jornalismo brasileiro e envolvida em várias polêmicas. Segundo o Sleeping Giants Brasil, após falas homofóbicas durante a edição de 25 de junho de 2021, 37 patrocinadores cancelaram seus contratos (ISTOÉ, 2021).

Durante a pandemia de COVID-19, Sikêra chegou a minimizar a doença, brincar com o uso de máscaras e questionar, sem provas, a eficácia da vacina, afirmando que recusaria o imunizante chinês. Segundo o UOL (2020), no mesmo período, o apresentador exaltou o uso da Cloroquina – medicamento sem comprovação científica para o tratamento do coronavírus. Em apuração feita pelo jornal Estado de Minas (2021) e com base em documentos obtidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID no Senado, Sikêra recebeu R\$24.000 para realizar a campanha de cuidado precoce para a doença, incentivando o uso do remédio em seu programa.

Por meio de suas falas e comportamentos, ele demonstra seu posicionamento político e já teve trechos de seu telejornal compartilhados pelo presidente Jair Bolsonaro, como forma de identificação (BNC Amazonas, 2020). Além disso, de acordo com os documentos da CPI (Estado de Minas, 2021), Sikêra recebeu cerca de R\$120.000 do governo federal, através da Secretaria de Comunicação (Secom). Isso porque o âncora participou de sete campanhas publicitárias do governo, até onde os documentos apontam.

Um de seus quadros mais famosos do noticiário é conhecido como “CPF cancelado”, em que mortes, supostamente de criminosos, são comemoradas. Os funcionários, juntamente do âncora que normalmente os

---

<sup>2</sup> No ar desde 15 de novembro de 1999, a RedeTV! possui cinco emissoras próprias, 44 estações filiadas e mais de 600 retransmissoras por todo o Brasil. A emissora pertence ao Grupo Almicare Dallevo e ao Grupo Marcelo de Carvalho e foi fundada após a compra da falida Rede Manchete. Os conteúdos são exibidos através de sinal aberto e por streaming, em seu portal na internet, com programas de temáticas variadas – humorísticos, esportivos, jornalísticos etc.

ridiculariza, dançam, cantam e repetem a frase “antes ele do que eu”. As matérias são, no geral, sobre crimes locais e nacionais. Evidentemente, todas essas atitudes têm repercussão e alcançam diversos públicos, impactando na opinião popular.

Já o Brasil Urgente estreou em 3 de dezembro de 2011, pela Rede Bandeirantes <sup>3</sup>, sob o comando de Roberto Cabrini. Em 2003, o apresentador foi transferido para o Jornal da Noite e o noticiário passou a ter José Luiz Datena como âncora.

Em junho de 2011, o jornalista foi contratado pela Record e deixou o programa, que passou a ser apresentado por Luciano Faccioli. Contudo, Datena retornou no mês seguinte, reassumindo o cargo. Em junho de 2018, mais uma vez, ele deixa o telejornal e passa a conduzir o “Agora é com Datena”. Seu filho, Joel Datena, passa a assumir o Brasil Urgente. Cinco meses depois, o jornalista volta ao seu posto, onde permanece até os dias atuais. A exibição acontece para as principais capitais brasileiras, de segunda a sexta-feira, a partir das 16 horas, com 170 minutos de duração.

Entre idas e vindas, Datena tornou-se uma das referências no jornalismo policial. Em relação ao formato do noticiário, os casos criminais não são apenas expostos, como também comentados e julgados, tanto pelo apresentador quanto pelo público, que pode participar através de algumas votações que são abertas durante o tempo ao vivo. Além disso, a edição não é dividida por quadros, sendo normalmente interrompida pelo próprio âncora, pela entrada de repórteres espalhados pelas capitais brasileiras, pela cobertura aérea realizada por helicópteros ou, até mesmo, por entrevistas ao vivo, em que o jornalista liga para alguma autoridade. As matérias são, no geral, sobre crimes e tragédias que assolam o país e o mundo.

Também envolvido em polêmicas, Datena foi ganhando cada vez mais espaço na televisão brasileira e na política nacional, chegando a deixar o programa para concorrer nas eleições, como bem levanta a matéria do Estadão (2022), que relembra as tentativas de Datena adrentar na política.

## **CASOS DA CHACINA DA PENHA E ASSASSINATO DA PRF**

Em 25 de maio de 2022, Genivaldo de Jesus Santos, homem negro de 38 anos, foi assassinado brutalmente em Sergipe, durante atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Segundo o boletim de ocorrência (G1, 2022), os oficiais realizaram abordagem devido a falta do capacete durante condução da motocicleta. Ao questionar sobre o motivo do enquadro, os policiais tentaram imobilizar o indivíduo, colocando a perna sobre o pescoço da vítima e o algemando. Em seguida, Genivaldo é conduzido ao porta-

---

<sup>3</sup> Popularmente conhecida como Band, a emissora foi fundada em 13 de maio de 1967, pelo empresário João Jorge Saad, junto do sogro, político e antigo proprietário da Rádio Bandeirantes, Ademar de Barros. Atualmente, possui 62 emissoras próprias ou afiliadas que distribuem o sinal para os demais estados brasileiros, além da Band Internacional, que exibe os programas no exterior. Os conteúdos apresentam temas variados – jornalísticos, talkshows, religiosos, humorísticos, esportivos etc.

malas da viatura e, com os vidros todos fechados, os agentes criam uma câmara de gás, enquanto o homem se debate até a morte.

Os oficiais chegaram a alegar que a vítima teve um mal súbito enquanto era conduzida à delegacia e, por isso, foi levada ao Hospital José Nailson Moura. Entretanto, segundo o Instituto Médico Legal de Sergipe, Genivaldo morreu por asfixia mecânica e insuficiência respiratória aguda (G1, 2022).

O caso foi filmado, alcançando ampla repercussão nacional e mundial e sendo comparado ao assassinato de George Floyd<sup>4</sup>, homem negro norte-americano que também foi executado por asfixia durante ação truculenta. Sua morte resultou em diversas manifestações pelos Estados Unidos e ao redor do mundo, que denunciavam a violência policial e o racismo.

De acordo com matéria do G1 (2022), a Human Rights Watch – organização internacional não governamental que atua na defesa dos direitos humanos – se mostrou indignada com a situação envolvendo Genivaldo de Jesus e solicitou investigação por parte do Ministério Público Federal. O The Washington Post também deu atenção ao caso.

Desde 14 de outubro de 2022, os três policiais que participaram do assassinato da PRF estão presos preventivamente no Presídio Militar de Sergipe. A denúncia do MPF consiste em abuso de autoridade, tortura e homicídio qualificado (UOL, 2022).

No Rio de Janeiro, a Chacina da Penha foi a segunda mais letal do município, somente atrás da Chacina do Jacarezinho.<sup>5</sup> As mortes ocorreram em 24 de maio de 2022, após operação policial na Vila Cruzeiro, localizada no Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio, envolvendo agentes do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). A princípio, foram registradas 26 mortes e sete feridos de uma população majoritariamente preta e pobre. Entretanto, a Polícia Civil do Rio de Janeiro emitiu uma nota de que três delas morreram no conflito do Morro do Juramento (UOL, 2022), chegando assim ao número de 23 mortes. De acordo com matéria publicada no portal Voz das Comunidades (2022), os moradores relataram momentos de tensão e horror desde a madrugada e 32 escolas do Complexo da Penha e do Alemão tiveram que ser fechadas para a proteção das crianças.

Segundo o historiador e professor Derê Gomes, da Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ), foi uma chacina eleitoreira: “O que vi no Complexo da Penha foi uma carnificina. Um filme de terror na vida real para invocar eleitores conservadores e cidadãos contra as favelas do Rio” (Voz das Comunidades, 2022).

---

<sup>4</sup> Exatamente dois anos antes, Floyd sofreu uma abordagem violenta por supostamente usar uma nota falsificada de 20 dólares em um supermercado. Durante a ação, o policial branco Derek Chauvin ajoelhou sobre o pescoço da vítima – que pedia ajuda por não conseguir respirar –, sufocando-a e resultando em sua morte. Três ex-policiais foram considerados culpados do assassinato e Chauvin, condenado em duas instâncias – pela Justiça Federal e a Justiça do estado de Minnesota, recebeu pena de mais de 20 anos.

<sup>5</sup> Em 6 de maio de 2021, o Jacarezinho registrou a chacina mais letal do Rio de Janeiro, com 28 mortos.



Já Guilherme Pimentel, agente da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, chamou a operação de “caçada humana” e criticou a ação policial, levando em consideração o modo como atingiu toda a população, resultando no “fechamento de escolas, unidades de saúde, comércio e impedindo as pessoas saírem para estudar e trabalhar”, assim como a integridade física e mental das pessoas, apotando que “esse tipo de operação, que jamais seria naturalizado nos bairros nobres da cidade, também não pode ser naturalizado dentro das favelas” (Voz das Comunidades, 2022).

Segundo a Secretaria de Estado da Polícia Militar e publicada pelo portal Maré Online (2022), a operação visava localizar e prender criminosos do Comando Vermelho, não só do Rio de Janeiro, como também de outros estados, como Amazonas, Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte.

A ação policial, no entanto, ia contra a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), sancionada em Junho de 2020, pelo Ministro Edson Fachin, que impede que a polícia suba os morros das favelas no Rio de Janeiro (Brasil Paralelo, 2022).

Entre os 23 mortos, encontra-se Gabrielle Ferreira da Cunha, de 41 anos, vítima de uma bala perdida que a atingiu enquanto estava dentro de sua casa, na Chatuba. Além disso, 16 delas sequer tinham mandado de prisão (UOL, 2022). A chacina foi elogiada pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo governador Cláudio Castro.

Os agentes envolvidos estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), segundo matéria publicada no G1 (2022).

Os critérios de seleção desses casos para a realização do estudo foram o nível de repercussão nacional que ambas tiveram, especialmente pelo caráter violento e cruel que compartilham, além de se enquadrarem nas palavras-chave que determinamos ao início do projeto de pesquisa, como a questão dos estereótipos e periferia.

## **ANÁLISE DOS EPISÓDIOS**

Neste tópico, vamos apresentar as categorias de análise e as análises realizadas nos dois telejornais: Brasil Urgente e Alerta Nacional. As categorias definidas são: estereótipos, que avalia quais foram as estratégias usadas para reforço dessas ideias; abordagem, que visa compreender de que modo essa cobertura foi feita – favorável ou desfavorável a quem; fontes que complementam a reportagem; e tempo, para perceber quantos minutos foram dedicados aos casos e, conseqüentemente, o grau de importância dado. As análises foram organizadas por reportagem e por telejornal.

## ASSASSINATO DA PRF

A irrelevância com que o assunto é tratado durante o programa Brasil Urgente na edição de 26 de maio de 2022 é o pontapé inicial para nosso processo de análise. O assassinato de Genivaldo de Jesus pela PRF foi um dos casos de maior repercussão nacional naquela semana, devido à sua brutalidade, covardia e racismo.

Quanto ao tempo dedicado à cobertura do assunto, previa-se que Datena fosse conceder um maior espaço para a reportagem, considerando que o telejornal possui 170 minutos de duração. Entretanto, ele gasta apenas quatro minutos, só fazendo menção na escalada. O apresentador não retoma mais a questão, nem nessa edição, nem na seguinte, pelo que se pôde observar. O que nos faz pensar: por quê?

Diferentemente do que ele normalmente faz com outras matérias, nessa ele parece não querer afirmar nada. Sua abordagem é centrada na dúvida: “parece que policiais jogaram bomba de gás dentro de um carro e um sujeito simplesmente morreu asfíxiado”, “não é porque eles podem ter cometido um crime [...]”, “se erraram, foi de uma forma pontual”.

Embora as imagens sejam claras e reproduzidas em looping <sup>6</sup> durante seus comentários, Datena em nenhum momento assume uma posição fortemente contrária ao que ocorreu. Apesar de algumas aspas de manifestação do apresentador como “execução jamais” aparecerem, o que se vê é uma postura de quem defende fielmente a polícia e enxerga o crime como um deslize, uma *maçã podre* entre tantas outras perfeitas. Não é à toa que, dos quatro minutos da matéria, ele passa quase três minutos ininterruptos elogiando a corporação e colocando-a em um patamar elevado. Ele diz: “não é porque a PRF, que é uma instituição gloriosa, pode ter cometido um crime, e isso tem que ser investigado, [...] que você vai criticar toda a polícia”, “todos nós estamos sujeitos a erros”, “a PRF, que inclusive é responsável por combater o crime das estradas brasileiras, que é por onde tem o maior tráfico de drogas e contrabando de armas, sempre age com capacidade”.

O apresentador continua minimizando a abordagem policial truculenta, “quando você [policial] erra, o resultado da morte acontece e é terrível, mas é por isso que eu digo também que os profissionais da polícia tem que ser super valorizados, porque trabalham no fio da navalha”, “se tem um que erra, condenam toda a corporação; se tem um que erra, muita gente paga por isso e não pode ser assim”, “a maioria gritante da nossa polícia está aí para te defender, está ao seu lado”. Ainda que suas falas não sejam condizentes com as cenas de horror que estão sendo reproduzidas no telão atrás dele, e ainda que não seja espaço nem momento para isso, Datena permanece elogiando a polícia. É evidente a maneira como ele tenta anular o efeito das imagens através de seu discurso. Além disso, sua apresentação é baseada apenas no seu ponto de vista sobre

---

<sup>6</sup> Recurso que mantém o vídeo em repetição automática e interminável.

o fato. Não há pluralidade de vozes, somente Datena fala. Não são convidadas fontes, autoridades, testemunhas etc.

Os únicos momentos em que apresenta uma postura diferente, é quando ele fala “meus pêsames, uma vida perdida há de se lamentar, minhas condolências à família”. Entretanto, o tempo que ele dedica para fazer essa declaração é muito pequeno se comparado ao tempo gasto para valorizar o trabalho policial. Não é possível mensurar, através da análise, o quanto isso realmente o toca, visto que ele comenta: “esse caso tem que ser examinado, e, se tiverem que pagar pelo crime que cometeram, vão ter que pagar”, parecendo lamentar pelos policiais envolvidos. O tom de voz em ambos os momentos é similar.

Outra característica que reforça estereótipos são as diferenças claras no tratamento de pessoas da periferia e/ou acusadas de crimes e os policiais. Dificilmente, como telespectador, seria possível ver Datena tão empenhado em defender uma pessoa que ocupasse outra posição na hierarquia. Quando se trata da punição para indivíduos marginalizados que cometeram crimes, o argumento que se sobressai é o de que a justiça brasileira é falha e não pune corretamente os infratores, ou ainda que não é possível confiar nela. Esse tipo de ideia, sendo proferida da maneira como é, em um programa de alcance nacional e por uma das figuras mais importantes do jornalismo policial, desperta um sentimento de desconfiança e inquietação por parte da população, que reproduz essas falas. Entretanto, o que se vê nesse episódio, em que agentes da polícia foram os criminosos, o comportamento de Datena é outro. Para ele, especificamente nessa situação, a justiça será eficiente e fará seu trabalho em punir os oficiais. Não há clima de questionamentos e incertezas, o que mostra a controvérsia. Ou ele segue a Lei, ou não. “Esse caso tem que ser examinado, como disse o Bolsonaro, e, se tiverem que pagar pelo crime que cometeram, vão ter que pagar”. Ele ainda reforça o argumento, trazendo o nome do presidente. A frase é colocada em hipótese, “se cometeram um crime”, há o benefício da dúvida, o que não é concedido aos demais infratores que aparecem no programa todos os dias. A confiança do apresentador na Lei, dessa vez, é plena. Os policiais que não a seguiram vão pagar, portanto, não há motivos para criticar a corporação.

Na mesma época, Datena havia lançado sua candidatura para senador por São Paulo, tendo recebido o apoio de Jair Bolsonaro. Desta forma, podemos inferir que seu posicionamento foi estratégico, devido à sua aliança ao político que tem ampla inserção nos órgãos policiais.

Essa omissão em relação aos aspectos brutais que permeiam o crime e o tipo de abordagem realizada, com um esforço exagerado em defender a corporação, são formas veladas de reforçar estereótipos. É como se a vida de Genivaldo valesse menos e existisse algum grau de justificativa para que os policiais agissem dessa forma.

De acordo com Milton Santos (2020, p. 81), citado por Rovida (2020), “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território”. A

afirmação, em conjunto com o conteúdo analisado, nos leva a crer que, de fato, existe uma violência sistêmica que trata determinados corpos – periféricos e racializados – como sendo descartáveis e menos válidos de qualquer tipo de comoção e indignação.

Ao acompanhar a cobertura, dá para notar que não há qualquer indício de que Datena pretende compreender as questões de racismo, brutalidade policial e o genocídio da população periférica. Ele assume a postura confortável de advogado da polícia e assim ele se mantém.

Quando se compara a abordagem do mesmo crime por Sikêra, por seu caráter mais descontraído, era de se esperar um comportamento parecido ou mais polêmico do que Datena. Claro, em algumas partes eles se assemelham, como quando ele diz que os dois oficiais que cometeram o crime “não vão manchar o nome da corporação” ou “não é um caso isolado que vai fazer a gente mudar de opinião sobre a PRF”. Ambos veem o assassinato como um ponto fora da curva, como uma ocorrência fora do padrão de abordagem da polícia.

Ao analisamos criticamente a edição, podemos perceber que Sikêra demonstra sinais de indignação. E é possível inferir que isso se dá pela dificuldade clara em argumentar depois da exibição do vídeo da tortura. Até para uma figura como ele, que tem o costume de, praticamente, advogar pela polícia em seu programa, fica difícil manter esse posicionamento quando os registros das testemunhas provam a culpa dos agentes. Embora isso não tenha impactado Datena da mesma forma, visto que ele se propõe a justificar o injustificável e não abandona essa postura ainda que o plano de fundo da reportagem seja a reprodução do assassinato.

Sikêra fala de um jeito enfático e repetitivo, se referindo ao comportamento dos policiais: “desnecessário”, “caso lamentável”, “as imagens, por si só, já falam tudo”, “lamentavelmente, eu peço desculpas em nome dos patrulheiros rodoviários federais, isso não é atitude não, aqui eu não vou passar pano, em hipótese alguma”, “não me convence que esses policiais venham aqui e me digam que não vi” e “entregar com vida é obrigação”.

O tempo de duração da matéria apresentada é de cinco minutos ao todo, não se limitando somente à escalada. Após a chamada das matérias, ele retoma o tema, narrando e comentando os acontecimentos em diálogo com o repórter que entra em link ao vivo. Apesar da diferença em termos de tempo e abordagem, Sikêra também não conta com a participação de fontes que possam complementar a exposição dos fatos, somente a presença do correspondente de Recife.

A questão dos estereótipos se dá a partir do momento em que ele trata o assassinato como um caso particular, ignorando propositalmente as demais mortes que são motivadas pelas mesmas características e que entram para a estatística. De caso isolado em caso isolado, os cemitérios acumulam corpos de pessoas que, para a sociedade e, muito provavelmente, para esses apresentadores, parecem ter menos valor.

Segundo Young (1990), citada por Biroli (2011), existe um termo chamado “imperialismo cultural” que explica sobre o silenciamento como forma de acentuar estereótipos e a maneira como, ao fomentar esse apagamento, ocorre a naturalização e banalização da violência sobre determinados grupos:

[...] Corresponde à promoção dos significados dominantes numa sociedade, tornando alguns grupos *ao mesmo tempo* invisíveis e estereotipados. A invisibilidade está relacionada ao fato de que suas perspectivas sociais são silenciadas. [...] Esses estereótipos permeiam a sociedade de um modo que faz com que não sejam percebidos como algo que pode ser questionado (Young, 1990, p. 59).

Observando os dois telejornais, o racismo é sequer mencionado como agravante no caso. Além disso, pouco se fala sobre a vítima, o estado de saúde dela, o que antecedeu a abordagem em si e as problemáticas que todas essas questões envolvem. Os comentários não evoluem para uma contextualização do fato, lugar que também ocupam esses apresentadores, limitando-se, na maioria das vezes, em afirmar que se trata de um caso atípico e que isso não diz respeito ao procedimento usual da polícia. Eles parecem mais preocupados em defender a corporação do que cumprir com a função social do jornalismo.

É interessante refletir que, em nenhum momento, os âncoras têm a pretensão de questionar o procedimento, levantando dúvidas do tipo: será que a abordagem sequer teria acontecido se fosse um homem branco montado sobre a motocicleta e estivesse em um bairro nobre? E se tivesse acontecido, será que teria sido reservado o mesmo destino? Essa falta de consideração nos faz pensar o quanto esse posicionamento deles também não parte da ideia de que o indivíduo preto e pobre tem um papel a cumprir e deve se submeter às violências cotidianas.

A questão é que isso provavelmente não aconteceria com um homem branco, pertencente à elite. Qual foi o grande erro de Genivaldo? Andar sem capacete e questionar a abordagem? Foi isso que o levou à sessão de tortura e asfixia no porta-malas da viatura?

## CHACINA DA PENHA

No caso da Chacina da Penha, da edição de 25 de maio de 2022, a princípio, Datena chama a chacina de “tragédia”, fazendo referência à morte de uma vítima por bala perdida. Na abordagem do tema, usa expressões como “horror” e “guerra no Rio”, mostrando-se indignado com a situação em que se encontra o estado, no que tange à segurança pública.

Mas o que mais parece causar revolta em Datena, pelo que se pôde observar na edição, não é a morte de 23 pessoas, na segunda operação mais letal do Rio de Janeiro, mas sim as “facilidades que o Supremo determinou”, em tom de crítica, ao impedir que, durante a pandemia, houvesse abordagens da polícia nas comunidades. Isso parece incomodá-lo, visto que ele reforça a ideia quando diz que “o que não tem lógica,

é os *caras* afrouxarem o esquema contra os bandidos no Rio de Janeiro, que é um dos maiores pontos de contrabando de armas e tráfico de drogas do mundo. É uma das capitais do crime [...]”.

Mais uma vez, assim como fez em sua cobertura do assassinato da PRF, analisado previamente, o apresentador demonstra sua posição controversa em relação à justiça. Ao mesmo tempo em que dá a entender que existe impunidade no Brasil, também diz que “a ação pode ser contestada, se houve erro, a corregedoria vai entrar no caso, mas a polícia não podia permitir” e “a corregedoria vai saber o que fazer, a justiça também, mas a polícia não pode permitir que os bandidos tomem conta do Rio de Janeiro”.

De acordo com Cohen ([1972] 1980), citado por Freire Filho (2004), “os meios de comunicação de massa são a grande fonte de difusão e legitimação dos rótulos, colaborando decisivamente, deste modo, para a disseminação de pânicos morais”. O medo é um recurso muito utilizado nesse tipo de cobertura jornalística sensacionalista, e, é através dele que, como foi o caso de Datena, discursos que justificam chacinas se solidificam. É a naturalização da violência como resposta aos problemas de segurança pública.

A reportagem tem duração de aproximadamente quatro minutos, além do tempo dedicado na escalada, que dura três minutos e meio. Conta também com a participação da repórter Yasmin Bachour, que está no Rio de Janeiro, porém em estúdio, e traz mais informações sobre o caso.

Se pararmos para analisar, foi dispensado um tempo muito curto para a cobertura de uma chacina de tamanha violência. O que, mais uma vez, demonstra o descaso e o grau de importância que é dado à morte de indivíduos periféricos e, em sua grande maioria, racializados.

Em relação às fontes, a única participação externa é justamente da repórter. No entanto, não há a presença de moradores da comunidade, familiares das vítimas, especialistas em segurança pública e periferia, ou qualquer outra pessoa que possa rebater e argumentar contra a visão hegemônica reproduzida no telejornal. Essa estratégia é, claramente, uma forma de silenciamento. Além disso, acaba por reforçar estereótipos, já que esses indivíduos são enquadrados publicamente como bandidos e ninguém que os conhece, de fato, pode defendê-los e se posicionar diante dessa estigmatização.

Não é à toa que os apresentadores comumente se coloquem na posição de julgadores e paladinos da verdade, como se, realmente, suas vozes, que partem de uma posição privilegiada, fossem as únicas que importassem. Entretanto, como já foi reforçado anteriormente, esse fenômeno é muito perigoso, visto que possuem um papel de grande influência na formação de opiniões por parte da sociedade.

Com base na questão dos estereótipos e segundo os argumentos levantados ao longo do artigo de Freire Filho (2004),

[...] Os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração, da justificação e da racionalização de comportamentos hostis e, *in extremis*, letais (Seiter 1986; Sodré 1992: 113-

127; Hall 1997; Shoat & Stam 1994; Cottle 2000: 2; Pickering 2001; O'Sullivan et al. 2002: 299-301).

Assim, as estratégias utilizadas na abordagem permitem que os pensamentos defendidos pelas classes dominantes se perpetuem e sejam reproduzidos pela sociedade, fatores que, quando combinados, podem levar à legitimação do extermínio da população preta e pobre brasileira.

Já na abordagem feita pelo Alerta Nacional, o tom que Sikêra assume é mais ácido e crítico. A todo momento, o apresentador chama os suspeitos de “vagabundos”, assim como “traficantes”, “foragidos” e “criminosos”, legitimando o discurso de que, por fazerem parte desse grupo de pessoas, poderiam ser executadas. Para complementar, diz em tom de piada “para vagabundo, uma salva de tiros”.

Além disso, seu posicionamento também fica evidente quando ele trata a chacina apenas como uma reação da polícia perante os ataques dos suspeitos, desconsiderando o início da operação policial. Com deboche e ironia, Sikêra faz provocações às pessoas que criticaram as ações dos agentes, acentuando a questão dos estereótipos. Ele as chama de “cheiradores de pó”, “fumadores de maconha”, “amigos da ‘parceiragem’”, “financiados” e “o cara que vai buscar dinheiro para fazer uma campanhazinha”, dando a entender que essas pessoas que se opõem à chacina só o fazem porque têm interesses ocultos. Ele retorna o questionamento ao público também, instigando o ódio: “o que você acha de vagabundo querer usar morador/trabalhador como escudo para tentar defender traficante?”.

Além dos exemplos claros do uso de estereótipos, ele também estigmatiza ao escolher não tratar o vício como uma doença, se utilizando disso para ofender e criminalizar. E, por sua postura, dá para perceber que isso também não está aberto à discussão, já que a função do repórter ali é, justamente, legitimar o discurso do apresentador. Ambos apresentam um posicionamento condenatório em suas falas, com tom de superioridade e soberba.

Em seu artigo, Freire Filho (2004) traz à tona alguns pensadores para o debate dos estereótipos, como Gramsci, quando ele fala sobre a “luta pela hegemonia”, o que descreve bem a função que os telejornais acabam exercendo ao escolherem fazer uma abordagem propositalmente estereotipada e, conseqüentemente racista: “tentativa habitual das classes dominantes de modelar toda a sociedade de acordo com sua visão de mundo, seu sistema de valores e sua sensibilidade, de modo que sua ascendência comande, arregimente um consentimento amplo e pareça natural, inevitável e desejável para todos”.

Em mais de uma oportunidade, Sikêra defende a polícia, chegando até a dizer “que Deus abençoe os homens da polícia militar, civil e federal” e “quem não gostar, se arrombe”, se utilizando de um vocabulário que foge da linguagem padrão dos telejornais.

A reportagem tem o total de oito minutos e conta com a participação de um repórter que introduz o tema e faz comentários parecidos com os feitos pelo apresentador, reforçando suas ideias, sem a presença de fontes.

Em uma reflexão geral, em ambos os telejornais nós vemos uma abordagem desfavorável às vítimas e pró polícia. Seja de um jeito mais polido ou escancarado, os âncoras se sentem à vontade para expor suas opiniões pessoais, independentemente se isso for ferir a ética jornalística ou a integridade das vítimas da chacina e suas famílias. O posicionamento estratégico que eles possuem faz com que seja perpetuada a ideia de que *bandido bom é bandido morto e antes ele do que eu* e isso sequer precisa ser dito com todas as letras.

A omissão no posicionamento, o silenciamento de vozes e a atribuição de características pejorativas colaboram para que os estereótipos se mantenham fortes na sociedade e nos telejornais policiais. Mais uma vez, criam-se vilões e mocinhos para as narrativas da segurança pública brasileira e do inimigo a ser combatido, gerando antagonismos nas relações sociais e despertando medo e caos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi compreender de que maneira os estereótipos se manifestam e são reproduzidos pelos âncoras e demais jornalistas que estão à frente dos telejornais policiais brasileiros, mais especificamente do Alerta Nacional e Brasil Urgente, e, especialmente, no que diz respeito aos casos da Chacina do Complexo da Penha e Assassinato da PRF, ocorridos em maio de 2022. Apesar de não estarem diretamente relacionados, ambos têm como vítimas pessoas periféricas e, em sua maioria, racializadas, o que não é uma coincidência.

Através de uma análise de conteúdo dos episódios que abordam esses casos, pudemos identificar alguns padrões, como o tempo dedicado a cada reportagem, o modo como os estereótipos são empregados, as fontes que complementam as matérias e o viés favorável ou desfavorável que acompanha os assassinatos.

Embora lidem de formas diferentes, os apresentadores desses telejornais agem de maneira a reforçar os estereótipos. Esse fato se confirma pela análise realizada, visto que eles acabam por reproduzir um tipo de discurso parcial que contribui na construção de uma imagem idealizada da polícia e, muitas vezes, difamatória das vítimas.

No caso da Chacina da Penha, Sikêra chegou a comemorar a execução dessas pessoas, debochando do caso e ridicularizando aqueles que se sentiram comovidos e indignados, fazendo acusações infundadas. Assim como Datena, que, de um jeito mais contido, parabenizou e justificou a operação, comparando-a com as ocorridas em outras regiões que, segundo ele, fazem um combate ao crime mais *ferrenho*, e criticando a determinação do Supremo.



Já em relação ao Assassinato da PRF, apesar de Sikêra ter se mostrado contrário à atitude dos policiais, não promoveu espaço para uma discussão mais aprofundada, não questionou o motivo da abordagem e sequer deu margem para que fontes e testemunhas levantassem questões relevantes a respeito do assunto. No caso de Datena, o incômodo com a situação foi mínimo, pois mostrou-se muito mais preocupado em defender os agentes, afirmando que não é uma postura padrão da corporação, apesar de tantos casos parecidos acontecerem todos os dias.

Desta forma, os objetivos gerais e específicos foram atingidos por meio da análise das edições dos programas, gerando uma compreensão e reflexão mais aprofundada sobre como se dá essa reprodução de estereótipos e como eles podem se apresentar de maneiras tão plurais – mais ou menos explícitas.

Assim, as referências bibliográficas tiveram um papel indispensável para que pudéssemos entender as questões conceitualmente e, logo, conseguíssemos identificá-las nos episódios, discutindo sobre as estratégias utilizadas e de que maneira elas impactam na manutenção de contextos socioeconômicos, além da criminalização da periferia e legitimação da violência policial.

A ideia é que, a partir desse estudo, possamos refletir sobre a maneira como o telejornalismo policial se coloca hoje, criando inimigos a serem combatidos – o que não auxilia em nada na resolução dos problemas de segurança pública – e acaba por colaborar com uma política de violência e segregação, influenciando, também, no pensamento coletivo da população.

## REFERÊNCIAS

CAETANO, Filipe Ribeiro. **Espetacularização do Processo Penal e as consequências do Populismo Penal Midiático**. Orientador: Aury Celso Lima Lopes Jr. 2016. 71 f. TCC (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais) – Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/27867841/Espetaculariza%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Processo\\_Penal\\_e\\_as\\_consequ%C3%Aancias\\_do\\_Populismo\\_Penal\\_Midi%C3%A1tico](https://www.academia.edu/27867841/Espetaculariza%C3%A7%C3%A3o_do_Processo_Penal_e_as_consequ%C3%Aancias_do_Populismo_Penal_Midi%C3%A1tico). Acesso em 12 mar. 2022.

ROVIDA, Mara. Jornalismo das periferias: a resignificação do território pela comunicação nas bordas urbanas da RMS. **Temática Periódicos UFPB**, Paraíba, v. 16 n. 1, p. 1-15, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/49704/28812>. Acesso em 25 mar. 2022.

CUSTÓDIO, Tulio. A violência de Estado nas periferias: genocídio físico, material e cultural. **Com Ciência**, São Paulo, out. 2017. Disponível em: <https://www.comciencia.br/a-violencia-de-estado-nas-periferias-genocidio-fisico-material-e-cultural/>. Acesso em: 08 de dez. de 2022.

ZEILMANN, Cassius. **A Performance Teatral no Telejornalismo (Dito) Sensacionalista: os recursos de dramatização de Marcão do Povo no Primeiro Impacto**. Orientadora: Profa. Dra. Marli dos Santos. 2021. 108 f. Dissertação (Pós Graduação) – Jornalismo, Faculdade Cásp<sup>er</sup> Líbero, São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2021/05/CASSIUS-ZEILMANN-LOPES.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2022.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política UNB**, Brasília, n. 6, p. 71-98, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/ZfDzKkxRqhx5J9xRqzsbhF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

COSTA, Ana Cristina dos Reis. Cobertura midiática em casos de violência contra negros: análise dos casos Mike Brown e Chacina de Charleston. **Seminário de Iniciação Científica ESPM**, São Paulo, v. 6, p. 1-16, out. 2017. Disponível em: <https://acervo-digital.espm.br/Semin%C3%A1rio%20Inicia%C3%A7%C3%A3o%20Cient%C3%ADfica%20ESPM/2017/379373.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FILHO, João Freire. Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-27, jun. 2009. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/1120/1061](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1120/1061). Acesso em: 12 abr. 2022.

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos y clichés**. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo Policial: indústria cultural e violência**. Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072013-113910/publico/romao\\_corrigida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072013-113910/publico/romao_corrigida.pdf). Acesso em: 19 abr. 2022

Após falas homofóbicas, Sikêra Jr. perde 37 patrocinadores no 'Alerta Nacional'. **ISTOÉ**, 7 de jul. de 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-falas-homofobicas-sikera-jr-perde-37-patrocinadores-no-alerta-nacional/>. Acesso em: 29 de jul. de 2022.

FELTRIN, Ricardo. Com Covid-19, Sikêra Jr. enaltece cloroquina e ataca "esquerda". **UOL**, 20 de mai. de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2020/05/20/com-covid-19-sikera-jr-enaltece-cloroquina-e-ataca-esquerda.htm>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

MENDONÇA, Ana. Governo federal repassou R\$ 120 mil para apresentador Sikêra Jr., diz CPI. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 17 de jun. de 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/17/interna\\_politica.1277794/governo-federal-repassou-r-120-mil-para-apresentador-sikera-jr-diz-cpi.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/17/interna_politica.1277794/governo-federal-repassou-r-120-mil-para-apresentador-sikera-jr-diz-cpi.shtml). Acesso em: 12 de ago. de 2022.

Bolsonaro compartilha vídeo de Sikera Jr. para cutucar petistas. **BNC Amazonas**, Amazonas, 10 de fev. de 2020. Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/rapidinhas/bolsonaro-video-sikera-petistas/>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

SANTOS, Natália. Relembra as tentativas de Datena chegar na política. **Estadão**, São Paulo, 30 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/relembra-as-tentativas-de-datena-chegar-na-politica/>. Acesso em: 22 de ago. de 2022.

Jornal britânico compara assassinato em abordagem da PRF de Sergipe a caso George Floyd; veja repercussão internacional. **G1**, Sergipe, 27 de mai. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/05/27/jornal-britanico-compara-assassinato-em-abordagem-da-prf-de-sergipe-a-caso-george-floyd-veja-repercussao-internacional.ghtml>. Acesso em: 22 de ago. de 2022.

Policiais acusados de morte de Genivaldo são presos em Sergipe. **UOL**, 14 de out. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/14/justica-federal-decreta-prisao-de-policiais-ligados-a-morte-de-genivaldo.htm>. Acesso em: 05 de nov. de 2022.

LEMOS, Marcela. Rio: Polícia confirma 23 mortos em chacina; 3 seriam de outro local. **UOL**, Rio de Janeiro, 26 de mai. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/26/rio-policia-revisa-numero-de-mortos-em-chacina-3-seriam-de-outro-local.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

COSTA, Rafael. Chacina na Penha deixa 25 mortos e 6 pessoas feridas; entidades criticam ações policiais nas favelas. **Voz das Comunidades**, Rio de Janeiro, 25 de mai. de 2022. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/casos-de-policia/chacina-na-penha-deixa-25-mortos-e-7-pessoas-feridas-entidades-criticam-acoes-policiais-nas-favelas/>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

PIRES, Jéssica; CARVALHO, Edu. Chacina da Penha: sobe para 24 número de vítimas em operação que despreza decisão do STF. **Maré Online**, Rio de Janeiro, 25 de mai. de 2022. Disponível em: <https://mareonline.com.br/chacina-da-penha-sobe-para-24-numero-de-vitimas-em-operacao-que-despreza-decisao-do-stf/>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

A polícia oferece mais risco às pessoas do que os traficantes? Entenda a ADPF 635. **Brasil Paralelo**, 7 de dez. de 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/adpf-635#:~:text=A%20ADPF%20635,-A%20ADPF%20635&text=A%20instaura%C3%A7%C3%A3o%20da%20ADPF%20635,subir%20os%20morros%20das%20favelas>. Acesso em: 8 de dez. de 2022.

BERTA, Ruben. Chacina no Rio: 16 de 21 homens mortos não tinham mandado de prisão. **UOL**, Rio de Janeiro, 28 de mai. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/28/vila-cruzeiro-mandados-de-prisao-mortos-em-chacina.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 25 de set. de 2022.



Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas,  
Rádio, TV e Internet Especialização e  
Mestrado em Comunicação

RIANELLI, Erick. Sobe para 25 o número de mortos na operação na Penha. **G1**, Rio de Janeiro, 25 de mai. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/25/operacao-na-penha-dia-seguinte-mortos.ghtml>. Acesso em: 4 de out. de 2022.